



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

Urbanidade na Cidade Informal: Uma Abordagem Operativa

Autores:

Wagner de Souza Rezende - UFG / PPGAU Mackenzie - wagnerrezende@hotmail.com

Angélica A. T. Benatti Alvim - PPGAU Mackenzie - angelica.benatti.alvim@gmail.com

Luiz Guilherme Rivera de Castro - PPGAU Mackenzie - riveradecastro@gmail.com

Resumo:

O significado de urbanidade, como a articulação dinâmica da convivência humana em contextos urbanos, tem se transformado radicalmente desde meados do século XIX, alterando os modos de habitar a cidade desde então, e assumindo nuances políticas ao longo do século XX. De fato, em meio às discussões teóricas e práticas sobre as transformações urbanas no século XX, diversas críticas relacionadas ao conceito de urbanidade emergiram ao longo das últimas décadas, fomentando consensos e dissensos sobre os padrões de apropriações dos espaços públicos contemporâneos. Nesse contexto, questiona-se em que medida uma crítica das teorias urbanas – envolvendo aspectos da morfologia urbana, das práticas sociais e da percepção da paisagem – contribui na revisão do conceito de urbanidade. Adicionalmente, pode-se questionar as restrições e vantagens colaterais de se produzir um modelo analítico utilizando tais atributos para estudo da cidade informal. Este artigo propõe, por meio de uma revisão crítica das tendências urbanísticas das últimas décadas, a elaboração de um quadro conceitual que possibilite identificar e classificar os principais atributos de urbanidade que sejam adequados para realizar estudos urbanos na microescala. Além disso, pretende-se ampliar o conceito de urbanidade a partir de textos relevantes de autores brasileiros. Como resultado, podem ser identificados os atributos da urbanidade mais relevantes para o estudo da apropriação de espaços públicos em assentamentos precários. Por fim, ao elaborar uma revisão crítica das principais tendências conceituais sobre urbanidade, verifica-se que existe uma ampla gama de atributos, que podem ser classificados e estruturados de modo a gerar informações sobre a apropriação de espaços públicos por meio de estudos sobre percepção, leitura e interpretação urbana.



URBANIDADE NA CIDADE INFORMAL

Uma Abordagem Operativa

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado preliminar de uma reflexão teórica mais ampla, desenvolvida em uma pesquisa de doutorado, sobre o conceito de urbanidade – variando desde a proposição de padrões de composição urbana a códigos de conduta social entre os habitantes urbanos nos espaços públicos –, que propõe discutir as possíveis aplicações no estudo de espaços públicos nas periferias urbanas. Objetiva-se, assim, por meio da revisão crítica do conceito de urbanidade, elaborar um quadro de atributos que possibilite operacionalizar métodos de análise urbana na microescala para sua aplicação em contextos de assentamentos precários. Métodos que podem se valer das relações entre os diversos campos da experiência urbana mediados pela ideia de urbanidade, como, por exemplo: a) as interações (políticas, sociais, materiais, individuais e temporais) entre os agentes locais (pessoas, atividades e objetos); b) os impactos dessas interações sobre os atributos da urbanidade em eventos do cotidiano; c) as configurações experienciais entre os agentes locais e os contextos urbanos; e) os efeitos desses contextos sobre os agentes locais e; e) as contribuições dos atributos da urbanidade na composição material dos contextos urbanos em determinados eventos, cotidianos ou efêmeros.

Pode-se afirmar que urbanidade é, ao mesmo tempo, a qualidade resultante e a principal componente de um equilíbrio de forças entre agentes (pessoas, objetos e atividades), que interagem entre si segundo parâmetros comportamentais distintos, transformando e sendo transformados por contextos urbanos em um processo altamente dinâmico e complexo. Pode-se dizer que urbanidade é o efeito e a expressão de um campo de forças que envolve o espaço e o tempo, as pessoas e os objetos urbanos, as interações e os contextos urbanos mais diversos. Na história da civilização ocidental, as cidades perderam os limites, deixaram de ser circunscritas e tornaram-se informes, estando inseridas atualmente em um contexto urbano generalizado e sem limites, como sinaliza Mongin (2009). Inicialmente pode-se dizer que a urbanidade existe em função de certas apropriações de espaços públicos, compostas por agentes – as pessoas, os objetos e as atividades –, interações e eventos em contextos urbanos dotados de atributos, ou qualidades espaciais específicas, que se inserem no que Santos (1985) define como espaço geográfico.

A maior parte dos pesquisadores sobre espaços públicos concorda com a significação de urbanidade como dimensão essencial da qualidade ambiental urbana (Carmona, 2008). No entanto, diversos autores divergem sobre os aspectos materiais, imateriais, objetivos e subjetivos que constituem o conceito. De acordo com Carmona et al. (2003), no decorrer do século XX, três tendências de pensamento sobre a cidade atuaram de modo interdependente, sobressaindo no campo da crítica especializada: a) urbanidade como narrativa estética, resultante do arranjo artístico-visual de composições urbanas (Sitte, 1889; Le Corbusier, Cullen, 1961; Krier, 1985); urbanidade enquanto efeito de certas táticas de convivência nos espaços públicos sobre a experiência urbana (Jacobs, 1961; Sennett, Arendt, Lynch, 1960; Alexander et al. 1977; Gehl, 1971); e, finalmente, urbanidade como lugares sustentáveis



resultantes das interações experienciais entre os agentes locais e a forma da cidade (Lynch, 1981), moldando configurações urbanas mais resilientes, como registrado por Augé (1991), Mongin (2009), Gehl (...), Kaliski (1999) e Carmona (2010). Trata-se de um conceito complexo, onde diversos autores divergem sobre a essência do que seja urbanidade que pode capacitar estudiosos do assunto na compreensão dos principais reflexos do recuo da cidadania diante da transformação acelerada das cidades contemporâneas. Se, de um lado, há um certo consenso sobre as condições urbanas que podem favorecer a urbanidade, de outro lado, há um crescente dissenso sobre o que seriam tais condições, sobre como gerar informações sobre urbanidade, ou se há algo como desurbanidade.

Como definir urbanidade? Urbanidade, palavra abrangente e ambígua, que pode significar, em um sentido mais amplo, o modo próprio de habitar a cidade. Em um sentido mais estrito, pode contemplar os possíveis agenciamentos entre pessoas, objetos e atividades no espaço urbano, articulando de modo experiencial atributos da morfologia urbana no cotidiano. Existe de fato um novo paradigma da urbanidade que emergiu das discussões sobre o declínio do espaço público no século XXI (Carmona, 2010a, 2010b). Pelo fato de todos estarmos impregnados do cotidiano, como argumenta Heller (2000), pode-se concluir que o cotidiano seja uma condição da urbanidade? Pode-se concordar com Solà-Morales que há urbanidade na cidade informal? Apesar das diversas reflexões teóricas sobre urbanidade, a pesquisa sobre o papel da urbanidade na qualidade de vida urbana nos assentamentos precários a nosso ver permanece insuficiente.

De um lado, Solà-Morales (2008) argumenta que simultaneidade, temporalidade e diversidade são os principais atributos da cidade, sem os quais, afirma, não é possível sua existência concreta. A esses atributos articulamos, por homologia, três indicadores: coexistência, memória e diferença, respectivamente. Falar sobre urbanidade não é somente falar sobre um conjunto de atributos, ou sobre o resultado de certas interações em contextos urbanos específicos. De outro lado, Choay (2005) afirma que cidade se tornou um conceito-chave em diversos campos de discussão e pensamento, ao mesmo tempo em que os processos de urbanização contemporâneos decretam sua morte. Enquanto a autora argumenta que as transformações do conceito de urbanidade estão estreitamente conectadas às mutações sofridas pelas cidades desde o século XIX, Solà-Morales é categórico ao defender a existência de outras expressões de urbanidades nas cidades não planejadas ou mal planejadas.

Interessa, por fim, refletir em que medida as apropriações cotidianas dos espaços públicos interferem na configuração espacial da cidade e, conseqüentemente, na percepção de urbanidade pelos seus habitantes. Para verificar essa primeira suspeita, será delimitado um conjunto de atributos que possam se demonstrar concretos em intervenções nas periferias das cidades brasileiras, interpretadas neste texto sob a noção de cidade informal. Por meio da observação empírica direta, o pesquisador assume a tarefa de observar e discernir sobre a existência de urbanidade, bem como as constituições, as configurações e as disposições dos seus atributos no contexto urbano.



O PARADIGMA DA URBANIDADE A BIENAL DE PARIS, 1980

Em busca da urbanidade perdida. O ano de 1980 foi palco da primeira exposição arquitetônica da *Bienalle* de Paris, cujo tema "em busca da urbanidade: a urbanidade é saber construir a cidade e viver na cidade" (*à la recherche de l'urbanité: l'urbanité, c'est le savoir faire la ville et le savoir-vivre em ville*) foi interpretado como uma reação ao movimento modernista e uma oportunidade para se questionar o futuro das cidades. Jean Nouvel, curador da mostra, apresenta o tema como oportunidade de reflexão sobre a arquitetura e a cidade aberta ao público mais amplo e distante do discurso hermético dos especialistas. O argumento de que os habitantes da cidade devem ser capazes de compreender as soluções para os espaços urbanos e decidir quais as configurações mais adequadas, constitui uma guinada na tradição de pensamento moderno, ainda em vigor nos anos 1980, centralizado na produção do espaço público exclusivamente por especialistas. Defende que a urbanidade se tornou uma questão de interesse geral de todos aqueles que vivem na cidade por meio do confronto de ideias e propostas: "é um tema político no sentido original (aristotélico) do termo" (Nouvel, 1980a, p. 20). Nouvel define a urbanidade como "aquele aspecto de um lugar que ilustra sua identidade, memória, conflitos e mudanças, enquanto expressa e nutre os estilos de vida e aspirações de seus habitantes" (Ellin, 1999, p. 54). Ao colocar em evidência a qualidade das práticas sociais que atuam sobre o espaço urbano e apontando uma tendência de posicionar as pessoas, de forma política, em relação à cidade através da cultura do lugar contextualizado, Nouvel (1980a) enfatiza que o homem e a cidade devem ser, simultaneamente, dotados de urbanidade.

POR UMA URBANIDADE MATERIAL

Solà-Morales (2008) argumenta que, atualmente, a urbanidade material recai tanto nas centralidades compactas, quanto na periferia extensa, vazia e descontínua, mas, certamente, concentra-se nas estruturas urbanas, objetos capazes de transmitir aos habitantes, em sua própria materialidade, o significado dos atributos da cidade. O autor defende um novo entendimento de urbanidade com o objetivo de ultrapassar os princípios homogeneizadores do movimento moderno (regulação, repetição e normatização) em relação às cidades. Essa urbanidade atualizada, articulada com a urbanização contemporânea, "global, territorial, híbrida e dispersa" (p. 147), deve incorporar a arquitetura ordinária, as distâncias e silêncios das periferias incipientes, os vazios resultantes das infraestruturas urbanas e as zonas industriais. O autor defende que, projetar para a urbanidade contemporânea, que emerge da nova complexidade material dos territórios, pressupõe, provisoriamente, o esforço de "transformar confusão em clareza e opacidade em linguagem" (p. 148). Essa urbanidade se forma desde a densidade qualitativa, composta pela intensa variedade de referências que são sobrepostas em um lugar, edifício ou contexto urbano. Dito de outro modo, as justaposições simultâneas do público e do privado são elementos cada vez mais presentes nessa urbanidade intensiva. Nesse sentido, onde a urbanidade contemporânea aparece em seu grau máximo é nos "espaços coletivos", espaços híbridos, ao mesmo tempo públicos e privados, onde a força do urbano como mecanismo de mediação no espaço das diferenças sociais se realiza, concreta, material e conflitante.



Segundo Solà-Morales (2008), há três urbanidades que ele próprio define como tangenciais e metafóricas: aquela que se aplica às pessoas, a outra, domínio de muitos geógrafos e sociólogos, que abarca os lugares e ainda uma última, que abrange os estilos de vida de grupos sociais isolados da cidade. O arquiteto quer falar sobre a urbanidade dos objetos urbanos, principalmente sobre seu aspecto material, tangível e físico. O autor afirma que os atributos da cidade (ideal?) são a simultaneidade, a temporalidade e a pluralidade, mas pondera que há muita confusão por parte dos arquitetos sobre os conceitos de cidade e urbano, ainda que defenda que o objetivo de todo projeto urbano, em qualquer escala ou contexto, seja produzir cidade. De modo sintético, urbanidade é definida por Solà-Morales (2008) como articulação, complexidade e diferença, ou, como o próprio autor afirma:

A urbanidade resulta da articulação das coisas urbanas, que não depende das funções ou da atividade, mas sim da matéria das paredes e esquinas, nas encostas e fachadas, nas calçadas, passeios, janelas, portais e vitrines, em rampas e semáforos, em alienações e retrocessos, em calibres e cantigas, em silhuetas e propagandas, em plataformas e vazios, lacunas e aberturas. Não como os detalhes de *Townscape*, mas como uma matéria contínua do espaço construído (p. 147).

NO MEIO DA CIDADE

Mongin (2009) não trata explicitamente do conceito de urbanidade em seu livro sobre a condição urbana no mundo contemporâneo. Entretanto, não há como negar que se trata de um texto crítico sobre as múltiplas relações dos habitantes no meio urbano. Diante do confronto de três interpretações da cidade, o autor parte da premissa de que se vive atualmente entre dois mundos, entre duas condições urbanas, na qual a cidade encontra-se dividida, de modo irreversível, entre a metrópole global e metrópole do urbano generalizado, entre a *urbs* (a forma urbana e arquitetônica) e a *civitas* (as relações políticas). No primeiro momento, relata um tipo de condição urbana da cidade idealizada na literatura e na filosofia, que serve de inspiração para o pensamento e a ação sobre os espaços urbanos atuais. No segundo momento, opõe à cidade sonhada a cidade globalizada, fragmentada e, ao mesmo tempo, fortificada contra os fluxos migratórios, financeiros e cibernéticos, fenômenos que apontam para a urgência de se "repensar o papel da experiência urbana e a constituição de lugares que dão ensejo à *vita activa*" (p. 24). No terceiro momento, argumenta que para recuperar a sociedade, em um contexto de virtualização da cidade e desterritorialização generalizada, a recuperação dos lugares deve ir além da produção de espaços públicos enquanto "entidades recolhidas em si mesmas" (p. 25). Assim, a crítica de Mongin (2009) se dirige à cidade contemporânea, fixando-se inicialmente no contexto europeu, mas ampliando sua lógica para as metrópoles ao redor do mundo, objetivando "descrever um estado dos lugares e operar ajustes semânticos" (p. 19). Em um contexto em que a cidade não é mais a referência primordial da experiência, cabe esclarecer a qual condição urbana se faz referência. Nesse ponto, Mongin (2009) propõe explorar as duas faces dessa condição urbana: de um lado, a condição urbana entendida como experiência urbana multidimensional e, de certo modo, atemporal; de outro lado, a condição urbana que corresponde à época contemporânea, "aquela que nem sempre se lembra da civilização urbana e dá lugar a uma



vertigem semântica na qual os termos metrópole, megacidade, megalópole, cidade-mundo, cidade global, metápolis, se confundem" (p. 20).

ATRIBUTOS DE URBANIDADE

O objetivo dessa seção é discutir algumas características do ambiente urbano e descrever os atributos usados como critérios de análise por meio de diagramas configuracionais. Tais atributos, em conjunto com os atores e os campos, serão parte de um quadro analítico que agrega também variáveis de controle, as interações. Quais os pontos de contato entre as diferentes teorias urbanas na questão da qualidade do ambiente construído e seus impactos na apropriação de espaços públicos? Tais categorias derivam de um exame atento elaborado por Carmona *et al* (2003), no qual são discutidas as bases para o entendimento dos parâmetros e critérios urbanísticos mais relevantes no projeto urbano. Carmona identifica três tradições de pensamento que se destacam no projeto urbano, em termos teóricos e práticos, no século XX: a tradição artística-visual, que dá ênfase aos aspectos estéticos e visuais do ambiente construído; a tradição do uso social, que tem como foco a experiência urbana dos habitantes; e, finalmente, a tradição de produção de lugar, que pode ser considerada uma síntese das duas tradições anteriores, com enfoque na ideia do espaço público como palco da vida urbana, tornando-se, assim, lugar. De algum modo, os atributos que vamos descrever adiante estão inseridos no quadro teórico exposto, pois são abrangentes enquanto teoria, política e prática profissional.

A tradição estética segue preceitos artísticos-visuais, sendo reconhecidamente uma linha de ação considerada datada e arcaica nos dias atuais, que pretende promover a qualidade do ambiente urbano fundamentada somente na experiência estética da paisagem urbana, desconsiderando os processos culturais, sociais, políticos, econômicos e espaciais como coadjuvantes dos fenômenos urbanos. As principais referências teóricas são Cullen (1961); Unwin (1909); e Sitte (1889). Como principais atributos dessa tradição podemos citar, atratividade visual, complexidade visual e caráter local.

A tradição do uso social (social-usage) amplia a compreensão da sensação de conforto para além das condições da estética visual, alcançando outros modos de percepção, objetivando entender como as pessoas usam e se apropriam dos espaços. Como principais teóricos temos Alexander *et al* (1977); Whyte (1980); Lynch (1960); Jacobs (1961); e Gehl (2010). Os atributos mais importantes são conectividade e permeabilidade, usos mistos, legibilidade, segurança e caráter local.

A tradição de produção de lugar não desconsidera ou rejeita as proposições das tradições teóricas anteriores. Antes, reinterpreta suas premissas e teses sobre a qualidade do espaço urbano, de modo a adaptá-las, como bem explica Carmona (2003), o design urbano contemporâneo é o amálgama das duas tradições anteriores, simultaneamente orientado para a concepção de espaços urbanos como entidades estéticas e como contextos comportamentais. De acordo com Dempsey (2008), essa tradição, especificamente, se aproxima do paradigma teórico do desenvolvimento sustentável, que é preparar o ambiente urbano para o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, *World Commission on*



Carmona (2003)										
Barton <i>et al.</i> (2003)										
Burton e Mitchell (2006)										
Worpole (2007)										
Shaftoe (2008)										
Carmona (2015)										
Aguiar (2012)										
Andrade (2012)										
Figueiredo (2012)										
Holanda (2012)										
Krafta (2012)										
Netto (2012)										
Rheingantz (2012)										
Trigueiro (2012)										

FONTE: Elaborado pelo autor.

URBANIDADES COMO NARRATIVAS ESTÉTICAS

A ênfase na forma visual da cidade como mediadora da experiência urbana foi o principal argumento de Camillo Sitte em favor da valorização das composições urbanas segundo princípios artísticos. De acordo com Jarvis (1980), ao lado de Haussmann e Cerdà, Sitte influenciou arquitetos e urbanistas durante a primeira metade do século XX, principalmente na Europa e América Latina, onde as ações de saneamento, ordenamento urbano e embelezamento ocorreram de modo coordenado nos centros das principais cidades. Na década de 1960, Gordon Cullen publicou um guia de pensamento da forma visual das cidades por meio de desenhos e fotografias seriados, argumentando que a experiência visual tem grande impacto na qualidade do convívio urbano e deve ser um critério importante nos projetos urbanos. Apesar das críticas sofridas na década de 1960, contra o enfoque predominantemente estético das práticas urbanas – tanto no modelo modernista, quanto no modelo historicista –, em defesa de um paradigma de apropriação social do espaço urbano, a tradição das narrativas estéticas não desapareceu, mas se adaptou no meio das formas dominantes de urbanidade.

Visualidade. A visualidade é um dos atributos da urbanidade mais conhecidos e aplicados nas intervenções urbanas, principalmente objetivando evidenciar nos conjuntos urbanos novas narrativas estéticas por meio da atratividade e da complexidade visual. Cullen (1961) descreve a complexidade visual de contextos urbanos como uma presença de contrastes visuais inesperados capazes de alterar a percepção visual das pessoas e, conseqüentemente, impactando positivamente a experiência urbana. Sitte (1889) foi um dos precursores da aplicação desse fenômeno em projetos de renovação urbana de cidades europeias, por meio da organização dos elementos urbanos segundo princípios artísticos e



visuais, influenciando diversos profissionais ao longo do século XX (Cullen, 1961; Unwin, 1909; *New Urbanism*, 1993; Krier, 1990; Appleyard, 1972). Rapoport (1977) afirma que a atratividade visual permanece um atributo indefinido, no campo da subjetividade. Muitos compreendem, apesar de não saber explicar seu significado. Jacobs (1993) admite que áreas verdes e tratamentos paisagísticos contribuem para tornar ambientes urbanos atrativos, como, por exemplo, -as alamedas e bulevares arborizados, típicos dos projetos de embelezamento urbano. Dempsey (2008) destaca a inconsistência metodológica para mensurar as configurações urbanas por meio dessa variável, tratada isoladamente, apesar de alguns elementos do ambiente urbano que podem ser identificados como elementos de atratividade e complexidade visual: fachadas, espaços públicos, paisagens, iluminação pública em contextos noturnos, áreas verdes, árvores e jardins.

Identidade. A identidade, ou caráter local, ou ainda, o sentido de lugar, pode afetar positivamente na percepção de qualidade ambiental em determinadas áreas da cidade, contribuindo para sentimento de pertencimento (Cullen, 1961). Por tratar-se de um conceito complexo, um atributo considerado também na tradição da sociologia e de experiência de lugar, é relevante abordar outras visões e analisar criticamente os campos de força conceituais de modo a operar um conceito mais definido. Como um dos principais seguidores da tradição artístico-visual de Sitte (1889), Cullen (1961), afirma que a experiência estética de conjuntos urbanos de valor artístico pode provocar sentimentos de segurança e tranquilidade. Jarvis (1980) afirma que a percepção visual do ambiente urbano pode contribuir para o que se denomina “sentido de lugar”. Segundo Carmona (2003), trata-se de um atributo difícil de ser mensurado e mesmo planejado, pois depende em grande parte das preexistências na morfologia urbana. Em outra tradição de pensamento sobre a cidade, delimitada por abordagens sociológicas da cidade, alguns autores traçam caminhos paralelos: Lynch (1960); Jacobs (1961); Alexander (1977). Jacobs e Alexander estão entre os teóricos que defendem a identidade local como referência das práticas sociais para avaliação da qualidade de vida urbana. Para Jacobs (1961), a morfologia urbana e o contexto social das comunidades locais contribuem conjuntamente para formar a identidade local. Alexander (1977) descreve esse atributo como a qualidade inominável, resultante da relação dialética entre o ambiente urbano e ser humano na produção do espaço habitável. Trata-se de um critério intangível, de difícil parametrização, dependente de critérios subjetivos de medição, como defendem, cada um a seu modo, Lynch (1960), Whyte (1988), Carmona (2003) e Dempsey (2008). Na tradição de pensamento voltada para a sustentabilidade urbana, a noção de identidade local difere do posicionamento de Jacobs (1961) e Alexander (1977) - que valoriza uma visão orgânica originária da própria comunidade - e passa a ser considerada a resultante de arranjos da forma física, onde o “sentido de lugar” pode ser alcançado pelo uso de materiais e técnicas construtivas locais (Bentley et al, 1985). Ainda assim, se mantém como um valor considerado em termos abstratos, de difícil operacionalização em estudos urbanos. De qualquer modo, trata-se de um atributo essencial para entendimento do contexto local, resultante da forma física, dos habitantes e das atividades e eventos que acontecem em determinado lugar.

URBANIDADES COMO TÁTICAS DE CONVIVÊNCIA

A tradição do uso social do espaço defende que a experiência individual e coletiva dos espaços públicos ocorre por meio de todos os sentidos e não deve valorizar exclusivamente o



aspecto visual da paisagem urbana. Autores de campos multidisciplinares se dedicaram na explicação das lógicas sociais do espaço, com ênfase especial nos modos como as pessoas usam e se apropriam dos espaços, como, por exemplo, Lynch (1960); Alexander *et al.* (1977); Bentley *et al.* (1985); Jacobs e Appleyard (1987); Tibbalds (1992) e; *New Urbanism* (1993). Lynch (1960) é uma referência importante, pois parte da percepção visual da cidade para discutir as implicações que tais imagens pudessem suscitar na qualidade ambiental urbana. Para este autor, as associações visuais que emergem das percepções dos habitantes são avaliações essenciais sobre as relações entre as pessoas, a cidade e as atividades humanas. Ghel (2001) se dedica na avaliação dessas atividades nos espaços públicos para constituir projetos de espaços mais humanos nos centros urbanos.

Legibilidade. Legibilidade, para Lynch (1960), é a capacidade de se reconhecer, por meios perceptivos, na paisagem urbana, padrões coerentes formados pelos objetos urbanos. Lynch (1960, 1981) oferece categorias de análise relevantes para avaliar a legibilidade de ambientes urbanos em diversas escalas. Para Alexander *et al.* (1977), a legibilidade é uma condição que contribui para percepção de segurança e conforto dos ambientes urbanos em diversas escalas e tipologias (desde pontos de ônibus a parques urbanos), sendo, assim um atributo que se relaciona de forma interdependente com a conectividade e permeabilidade urbana, outros atributos da urbanidade. Venturi *et al.* (1977), em seu estudo sobre Las Vegas, atribui sua legibilidade à midiatização extensiva da autoestrada, afirmando que sem tais elementos de comunicação, a cidade permaneceria invisível na paisagem desértica onde se situa.

Conectividade (e permeabilidade). Muitos urbanistas consideram a conectividade como qualidade que se manifesta fisicamente pelo tamanho e formato das quadras, na morfologia urbana, como foi explorado por Jacobs (1961) e Gehl (2001). Em termos de diretrizes para o desenho urbano, Bentley *et al.* (1985) consideram a conectividade como função direta da permeabilidade, afirmando que quadras menores permitem conexões melhores e mais seguras para a mobilidade de pedestres, enquanto quadras muito grandes promovem pouca atividade social e contribuem negativamente para a percepção de segurança, principalmente no horário noturno (Dempsey *et al.*, 2007). No entanto, as propostas prescritivas sobre os padrões dimensionais e as formas mais permeáveis das quadras são raras, apesar de Newman (1972, 1996) abordar o tema, relacionando a forma dos bairros residenciais com a segurança e a conservação dos espaços públicos.

Diversidade. Para Jacobs (1961) a diversidade de uso do solo tem um papel importante no cotidiano dos bairros preponderantemente residenciais. Em primeiro lugar, serve de apoio a atividades rotineiras nas habitações. Em segundo lugar, é construída uma rede de fornecimento de bens e serviços de pequena escala, fundamental para fomentar a economia nas áreas residenciais de alta densidade. Entretanto, segundo Dempsey (2008), não há consenso sobre as escalas, as proporções e os tipos de usos mistos devem ser prescritos em projetos urbanos, apesar de haver certamente usos não recomendados para determinadas regiões. Bentley *et al.* (1985) explora de modo programático a diversidade de usos como ferramenta de planejamento urbano em diferentes escalas.

Segurança. Diversos autores argumentam que a percepção de segurança é, ao mesmo tempo, a proposta e o resultado de uma função complexa de variáveis físicas e sociais de



ambientes urbanos. Jacobs (1961) descreve que os ‘olhos da rua’, permitidos em determinadas tipologias arquitetônicas e urbanas, podem reduzir sentimento de medo nas ruas em determinadas circunstâncias. Newman (1972, 1996) aponta para outros aspectos da violência urbana, ao abordar o impacto das relações entre os espaços públicos e privados na prevenção do crime em áreas residenciais por meio de estratégias de projeto urbano. Estas áreas, públicas e semipúblicas, que incluem, por exemplo, jardins, quintais, passagens, calçadas, áreas de estacionamento, portarias, entradas e áreas de circulação, estão sujeitas a presença de diversos tipos de pessoas. Interessa ao autor identificar de que modo a morfologia urbana afeta o “tecido da organização social”, independentemente de serem propriedade pública ou privada. Carmona (2003) contesta a eficácia desse comportamento, afirmando que tais diretrizes restringem atividades de lazer e recreação inofensivas, por meio da vigilância voluntária constante. Existem basicamente duas formas de obter dados e informações sobre segurança, a partir de pesquisas estatísticas ou levantamento de campo. Apesar de não haver consenso sobre diretrizes de projeto, todos concordam que segurança é um fator essencial no ambiente urbano.

URBANIDADES COMO LUGARES SUSTENTÁVEIS

A expressão “*place making*” significa literalmente produzindo lugar. Na literatura especializada, tal expressão pretende identificar aqueles lugares que emergem de espaços muitas vezes anódinos, por meio de processos sustentáveis construídos no cotidiano de comunidades com recursos locais. Os movimentos de *place making*, inspirados principalmente nos discursos de Jacobs (1961), Alexander (1977), Lynch (1960) e Whyte (1980), encorajaram a participação de técnicos, burocratas, acadêmicos e moradores das comunidades locais nos processos de reativação de espaços públicos degradados por meio de práticas *bottom-up*, que se fundamentam em perspectivas de participação democrática, que valorizam a coexistência dos diversos agentes – pessoas, objetos e atividades –, promovem o desenvolvimento sustentável.

Densidade. Densidade quantitativa e densidade qualitativa (Solà-Morales, 2008). Falar sobre densidade urbana indiretamente perpassa o conceito de ‘cidade compacta’. Ambos conceitos são considerados polêmicos atualmente. Os defensores da alta densidade residencial apresentam as vantagens da caminhabilidade, identidade local, acessibilidade, concentração de serviços e espaços públicos: Jacobs (1961); Williams (2000); autor brasileiro... Entretanto, nada comprova que altas densidades por si sejam favoráveis à qualidade do ambiente urbano. De fato, os principais críticos argumentam que áreas com baixa densidade possibilitam melhor acesso às áreas abertas e podem conter serviços diversificados do mesmo modo que áreas de alta densidade. Mesmo não sendo claro de que modo altas densidades podem contribuir para a qualidade do ambiente construído, os governos e empresas locais têm induzido esta prática sob a chancela do desenvolvimento sustentável, como afirma Dempsey (2008).

Acessibilidade. Acessibilidade é um atributo do ambiente urbano que pode assumir vários significados e contém aspectos tangíveis e intangíveis. Referindo-se às condições do cotidiano de um bairro de periferia, pode-se falar do acesso a equipamentos, serviços (educação, lazer, saúde, moradia, cultura, recreação, mobilidade, emprego, entre outros), a



um custo acessível, em um tempo razoável e em condições de igualdade (raça, gênero, idade, etnia, classe, credo e escolaridade, entre outros). De um modo muitas vezes dissimulado, restrições se aplicam em diversas oportunidades, impedindo o acesso aos bens e serviços e cerceando o 'direito à cidade' do qual fala Lefebvre (2001). Adicionalmente, há o sentido de inclusividade, frequentemente associado a questões de acesso igualitário que abrange a capacidade de o ser humano alcançar seu potencial de desenvolvimento social, superando os efeitos de condições adversas, tais como as que dão origem a desemprego, pobreza, sem tetos, portadores de deficiência, ex presidiários, entre outras. A título de exemplo, pode ser que um espaço público tenha sua frequência de uso influenciada pelo nível de inclusividade presente no acesso às áreas de descanso, aos percursos de caminhada e aos sanitários por portadores de necessidades especiais, como afirma Dempsey (2008). A medição de tais condições de acessibilidade física pode ser direta, o mesmo não ocorre na verificação de acessibilidade social.

Inclusividade. Dempsey (2008), Shaftoe (2008) e Bentley et al. (1985) descrevem inclusividade, em termos muito gerais, como a capacidade de toda e qualquer pessoa realizar atividades em espaços públicos sem sofrer os efeitos negativos decorrentes, principalmente, da sua condição econômica, estrato social, origem étnica, de gênero, idade, saúde e educação. Nesse sentido, inclusividade é também promovida como um atributo do ambiente construído por diversos autores (Kitchen e Schneider, 2002; Barton et al., 2003; Shaftoe, 2008). Segundo Carmona (2010a, 2010b), um ambiente inclusivo é aberto a todos e é confortável, referindo-se à extensão de que as ruas, parques e praças permitem que as pessoas visitem lugares de sua escolha, sem interdição física ou mental. Os tipos de serviços e facilidades presentes, como, por exemplo, banheiros públicos acessíveis, tem consequências negativas na apropriação desses espaços por pessoas portadoras de necessidades especiais. Segundo Shaftoe (2008), espaços públicos inclusivos são, portanto, caminháveis, confortáveis e acolhedores para todos os que frequentam, inclusive aqueles grupos minoritários, como, por exemplo, skatistas e grafiteiros. No entanto, para Burton e Mitchell (2006), a inclusividade de espaços públicos deve ir além do atendimento às condições materiais necessárias de acessibilidade. Para as autoras, projeto inclusivo significa o desenvolvimento de produtos, serviços e ambientes que possam ser utilizados pela maioria da população, independente de idade ou habilidades especiais, sendo denominado algumas vezes design universal. Não é um estilo ou tendência, mas, antes, uma atitude ou abordagem de projeto urbano.

Conservação. De acordo com a bibliografia consultada, as noções de gestão e conservação do ambiente construído está presente na maioria dos estudos europeus recentes sobre o nível de qualidade dos espaços públicos, principalmente praças e parques (Carmona e Magalhães, 2007; Dempsey, 2008). Muitos especialistas e usuários concordam que o aspecto de "limpeza geral" e a infraestrutura de manutenção estão entre as maiores preocupações dos moradores e refletem nas políticas públicas na Inglaterra, que adota uma "estratégia de habitabilidade" (Dempsey, 2008). De acordo com Worpole (2007) somente recentemente as políticas públicas sobre espaços urbanos apontaram os efeitos da sujeira, dos resíduos, do lixo acumulado, dos revestimentos e pisos quebrados, da falta de manutenção geral, enfim, na percepção de abandono que se constrói no imaginário dos habitantes das cidades. Na opinião de Dempsey, este comportamento está intimamente conectado com o que se denomina "síndrome da janela quebrada", onde danos materiais, mesmo que decorativos, podem ocasionar comportamentos antissociais ou mesmo atitudes

criminosas, devido à impunidade (Dempsey, 2008) (Wilson e Kelling, 1982, apud Nash & Christie, 2003, p. 47).

UMA ABORDAGEM OPERATIVA

Duas premissas. Primeiramente, partimos do argumento de Solà-Morales sobre a cidade, para sugerir três qualidades essenciais, a coexistência, a memória e a alteridade, aqui vinculadas respectivamente, por homologia, aos agentes que concentram a estruturação urbana, os objetos, as pessoas e as atividades. Em outras palavras, estamos falando da coexistência de objetos, da memória, coletiva ou não, de pessoas e da alteridade de atividades distintas. Acreditamos que essas qualidades não expressem de modo unidimensional na realidade concreta, principalmente porque contém diferentes níveis de abstração dos objetos, das pessoas e das atividades. Sugerimos que se articulem, simultaneamente, ao nível do concebido, do percebido e do vivido, ou, para usar as expressões cunhadas por Lefebvre (1991), representação do espaço, prática do espaço e espaço de representação. Estes três modos de experiência urbana podem ser compreendidos na teoria do espaço de Lefebvre, cuja principal premissa é a de que o espaço é uma produção social.

Quadro 2: Urbanidade: Elementos e Tendências.

Elementos urbanos: principais componentes, funções e formas.	Espaço público com tendência à desurbanidade	Espaço público com tendência à urbanidade
<i>Visualidade</i>	<i>Espaço Inventado</i>	<i>Espaço Significativo</i>
Fachadas. Placas. Letreiros. Elementos artísticos e decorativos. Composição. Esculturas. Cores. Iluminação. Estilo. Cenários. Festas. Exposições artísticas.	Propagação intensa a de espaços públicos simbólicos, de interesse turístico, artístico ou ambiental, concebidos sem conexão com a história e a cultura local.	Por seu valor simbólico, elementos da história local podem contribuir na formação de espaços públicos significativos, possibilitando, assim, a experiência urbana.
<i>Legibilidade</i>	<i>Espaço Homogêneo</i>	<i>Espaço Articulador</i>
Paisagem. Singularidade. Limites. Marcos. Fachadas. Multifuncional. Familiaridade.	Soluções descontextualizadas de projeto e manutenção do espaço público, derivadas de abordagens funcionalistas e resultam em lugares sem identidade própria.	Por meio de ações reflexivas e valorizando as preexistências, são pensadas estratégias e táticas mais eficientes para a sustentabilidade dos lugares.
<i>Contextualidade</i>	<i>Espaço de Consumo</i>	<i>Espaço Adaptativo</i>
Cultura. Regionalismo. Tribos urbanas. Música. Gênero. Idade. Questões coletivas. História. Festas.	Espaços onde o acesso é condicionado à renda e orientado ao consumo, geralmente são excludentes aos segmentos menos prósperos da sociedade.	Os espaços de consumo podem permitir a públicos de diferentes classes sociais a possibilidade de encontros, apropriações e trocas de experiências.
<i>Conectividade</i>	<i>Espaço Individualizado</i>	<i>Espaço Socializado</i>
Fluxos de pessoas. Presença de Wifi.	O espaço público tem sido isolado e relegado a segundo plano diante das novas tecnologias de informação e comunicação.	Mesmo diante das novas mídias sociais e da Internet, o espaço público permanece o local de expressão máxima da experiência coletiva.
<i>Acessibilidade</i>	<i>Espaço Interditório</i>	<i>Espaço de Livre Acesso</i>
Topografia. Rampas. Escala humana. Ergonomia. Telefone público. Sanitários públicos. Piso	O isolamento de grupos de classe de alta renda, agrupados em condomínios e bairros isolados do	É possível dotar a cidade de espaços públicos com diferentes escalas de privacidade, adaptados



apropriado. Bancos. Playgrounds. Praças. Gradis de proteção.	convívio urbano, pode resultar na produção de espaços públicos isolados, exclusivos e controlados ostensivamente, principalmente nas áreas de transição, nas bordas dos bairros ricos da cidade.	às condições socioculturais de cada área da cidade, pois a questão dos setores murados é muito mais complexa de se resolver.
<i>Inclusividade</i>	<i>Espaço Privatizado</i>	<i>Espaço Equitativo</i>
Piso tátil. Calçada plana. Ausência de obstáculos. Rampas. Serviços e espaços aptos para pessoas com necessidades especiais. Sinalização sonora, tátil e visual. Crianças. Idosos. Jovens. Espaços adaptáveis para a convivência. Sanitários públicos. Design universal.	Exclusão de sujeitos vulneráveis e em piores condições de mobilidade, por meio de barreiras físicas, psicológicas, culturais, sociais e econômicas, impedindo, assim, o livre acesso, permanência e realização de atividades.	Ainda que apropriados para fins específicos por alguns grupos sociais para realização de atividades que envolvem riscos físicos ou psicológicos, todos os espaços devem ser inclusivos aos usuários vulneráveis.
<i>Segurança</i>	<i>Espaço Ameaçador</i>	<i>Espaço Confortável</i>
Vigilância. Monitoramento. Câmeras. Serviço de segurança privada. Guarda municipal. "Olhos na rua". Muros. Grades. Iluminação pública. Iluminação. Vizinhança. Controle.	O alto índice de criminalidade e a percepção de violência acentuada estimulam estratégias de prevenção e combate ao crime frequentemente repressivas, impedindo a livre apropriação do espaço público.	Espaços públicos podem ser dotados de diferentes graus de vigilância e proteção para garantir os mesmos níveis de segurança e conforto, sem, no entanto, serem interditórios à apropriação pelas pessoas.
<i>Densidade</i>	<i>Espaço Invasivo</i>	<i>Espaço Compartilhado</i>
Relações de cheio e vazio no tecido urbano. Pessoas. Automóveis. Bicycletas. Motos. Tumulto. Crianças. Idosos. Festas. Feiras. Ruas de pedestres. Mesas na calçada.	Ocupação exclusiva dos espaços públicos por estruturas de mobilidade, feiras, camelôs, estacionamento, entre outras, impedindo atividades de lazer e caminhabilidade.	Compartilhamento entre pedestres, ciclistas, automóveis, feirantes, de modo equilibrado, promovendo o convívio urbano equilibrado entre os usuários e permitindo a otimização do tráfego urbano.
<i>Diversidade</i>	<i>Espaço Segregado</i>	<i>Espaço Plural</i>
Oferta de comércio / serviços diversificados.	Impedimento de apropriação por parte de grande parcela da população de áreas públicas, por meio da concessão de uso e ocupação do espaço público a instituições privadas.	Promover a organização social e a transparência institucional de modo a garantir condições igualitárias de acesso e permanência em todos os espaços públicos, direito de todos.
<i>Conservação</i>	<i>Espaço Negligenciado</i>	<i>Espaço Recuperado</i>
Cuidado. Manutenção. Lixo. Objetos diversos quebrados. Sujeira. Entulho. Controle. Elementos danificados na rua, calçada, fachadas. Falta de iluminação pública. Conforto ambiental. Limpeza. Materiais.	Abandono dos espaços públicos, que resulta na falta de manutenção e planejamento.	Reversão das condições de abandono de diversos espaços públicos por meio de processos de renovação.

FONTE: Elaborado pelo autor.

CONDIÇÕES DE URBANIDADE

Os diagramas são instrumentos configuracionais de pensamento sobre a cidade que fazem parte de um processo de interpretação mais amplo, envolvendo a redefinição do conceito de urbanidade por meio de seus atributos constituintes, bem como a representação



gráfica dos padrões compositivos do tecido urbano. Temos assim, três níveis de conhecimento, o compositivo, o configuracional e o constitutivo.

Sendo um efeito da realização do direito à cidade, a urbanidade é composta por atributos, a coexistência, a memória e a pluralidade, representados em nossa pesquisa por três grupos de variáveis, respectivamente os elementos, os agentes e as interações.

Antes de estabelecer as articulações entre os elementos, os agentes e as interações, é necessário descrevê-los: a) as variáveis dependentes, os elementos constituintes da materialidade; b) as variáveis independentes, os agentes; e c) as variáveis de controle, as interações .

Urbanidade pode ser interpretada como a confluência de três atributos principais, agentes, elementos e interações. A urbanidade é, assim, um processo que envolve três qualidades: agenciamentos, elementos fragmentados e interações.

A urbanidade como efeito principal do direito à cidade, postulado por Lefebvre (2001). A cidade é a mediação entre a ordem próxima e a ordem distante, entre o urbano como produto e o urbano como obra. Imaginando uma matriz conceitual, tendo a ordem próxima e a ordem distante, lugares de decisão, ocupando o eixo horizontal; e o valor de uso e o valor de troca, respectivamente, obra e produto, ocupando o eixo vertical. Duas premissas. Primeiramente, partimos do argumento de Solà-Morales sobre a cidade, para sugerir três qualidades essenciais, a coexistência, a memória e a alteridade, aqui vinculadas respectivamente, por homologia, aos agentes que concentram a estruturação urbana, os objetos, as pessoas e as atividades. Em outras palavras, estamos falando da coexistência de objetos, da memória, coletiva ou não, de pessoas e da alteridade de atividades distintas. Acreditamos que essas qualidades não expressem de modo unidimensional na realidade concreta, principalmente porque contém diferentes níveis de abstração dos objetos, das pessoas e das atividades. Sugerimos que se articulem, simultaneamente, ao nível do concebido, do percebido e do vivido, ou, para usar as expressões cunhadas por Lefebvre (1991), representação do espaço, prática do espaço e espaço de representação. Estes três modos de experiência urbana podem ser compreendidos na teoria do espaço de Lefebvre, cuja principal premissa é a de que o espaço é uma produção social.

A condição de urbanidade emerge da interação entre os agentes locais em face aos elementos presentes em cada contexto urbano na presença, ou ausência, de eventos efêmeros ou cotidianos. O cotidiano é uma condição da urbanidade, especialmente na cidade informal. Como afirma Heller (1972), estamos todos impregnados do cotidiano e mesmo as nossas experiências mais singulares ocorrem como variações, ou como invenções estratégicas e táticas, que se alternam dentro de um conjunto de fragmentos cotidianos. O quadro abaixo apresenta as descrições dos limites positivos, (urbanidade), que tendem a produzir espaços sustentáveis, e negativos, (desurbanidade), que tendem a produzir espaços interditórios, referentes a cada atributo da morfologia urbana. Desse modo, é possível construir uma escala para avaliação qualitativa dos atributos, mediante o uso de variáveis de controle, como no caso das interações sintetizadas a partir de Lynch (1981) para inferir os níveis de urbanidade.

O CONTINUUM DA URBANIDADE

A condição de urbanidade emerge da interação entre os agentes locais em face aos elementos presentes em cada contexto urbano na presença, ou ausência, de eventos efêmeros ou cotidianos. Urbanidade é um valor sempre positivo? Como efeito de lugar, a urbanidade possui nuances qualitativas, mas não gradações passíveis de serem medidas por algum meio sensível. Para ilustrar esse fato, imaginemos um diagrama composto por um segmento, não graduado, no qual seja possível identificar no intervalo entre suas extremidades uma condição de urbanidade direita e esquerda, contenham, respectivamente, a urbanidade absoluta e a desurbanidade absoluta. Este segmento é interrompido, próximo a cada extremidade, de modo que não é possível em nenhum momento se alcançar os valores absolutos, por mais próximo que estejam os índices das variáveis de urbanidade. A figura 1 é a representação gráfica deste diagrama.



Figura 1: O Continuum da Urbanidade.

As condições de validade dos campos de agenciamento são as seguintes: a) presença dos agentes locais; b) quantidade de interações; c) intensidade das interações; d) escala dos contextos urbanos; e, por último, e) situação dos elementos, favoráveis, ou desfavoráveis, à urbanidade. Abaixo, um exemplo da construção de diagramas de agenciamento para cinco elementos de urbanidade.

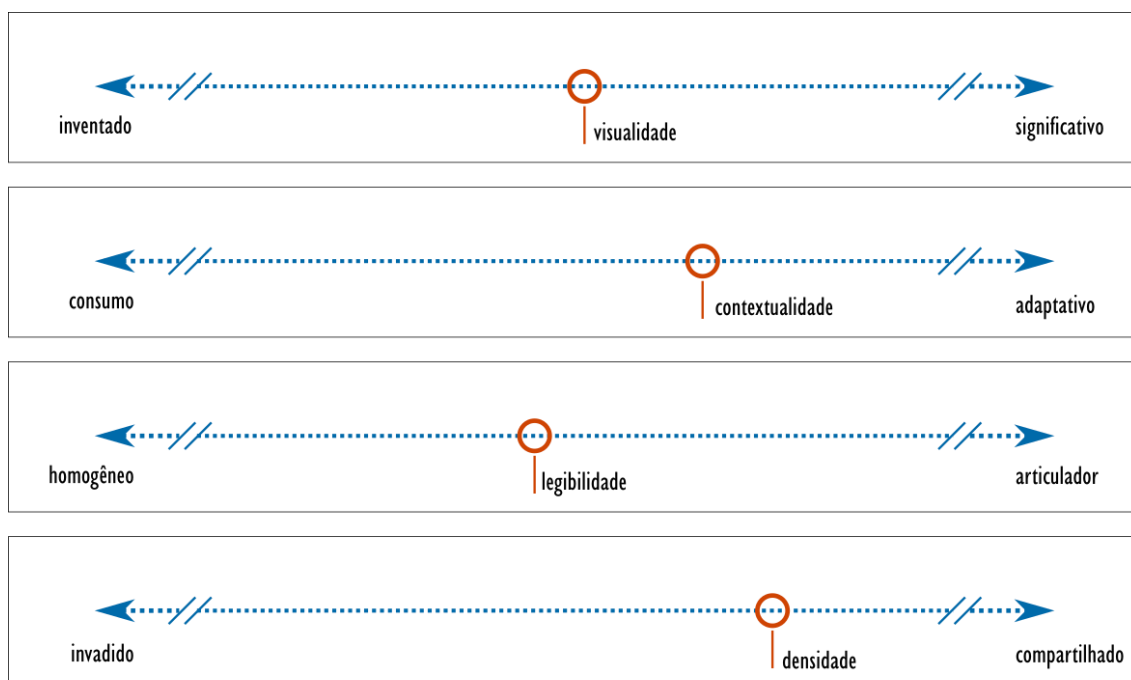


Figura 2: Campos de Agenciamento



CONCLUSÃO

Parece haver, de fato, um novo paradigma da urbanidade em constituição, do qual este artigo esboça uma revisão crítica, incluindo algumas contribuições de autores brasileiros. De acordo com as reflexões mais recentes sobre a experiência urbana, urbanidade não é exclusivamente material ou comportamental, mas um amálgama das interações (políticas, sociais, materiais, individuais e temporais) entre agentes locais (pessoas, atividades e objetos) nos contextos urbanos, ao mesmo tempo causa e efeito de certos eventos, cotidianos e efêmeros, de apropriação dos espaços públicos. Seguindo esse raciocínio, urbanidade absoluta, bem como seu oposto, desurbanidade absoluta, são formulações abstratas, improvável de se configurarem na realidade concreta das relações humanas nas cidades. Presume-se, assim, que os índices de urbanidade dos espaços públicos situam-se nesse intervalo teórico, podendo ser qualitativamente identificados em uma escala, mas dificilmente aferidos quantitativamente com exatidão. O próximo passo da proposta de análise urbana é utilizar os dez atributos propostos na produção de métodos de avaliação de espaços públicos em assentamentos precários.

Pode-se afirmar que há urbanidade na cidade informal? Ainda é recente a pesquisa sobre o papel da urbanidade na qualidade de vida urbana nos assentamentos precários. Este artigo parte da premissa de que a identificação da existência da urbanidade na cidade informal pode contribuir para a realização de projetos urbanos alinhados com as demandas por estruturas urbanas que possibilitem melhores índices de qualidade ambiental nas apropriações dos espaços públicos pelos habitantes locais. Nesse sentido, é proposto um quadro conceitual operativo com a definição de dez atributos de urbanidade, que contém influências teóricas de três tendências urbanísticas contemporâneas, habilitado para aplicação na microescala do bairro. Trata-se obviamente de uma simplificação na tentativa de adaptar definições teóricas à complexidade da realidade concreta das cidades, que inclui aspectos urbanos variados, envolvendo os mais diversos campos do conhecimento. Entretanto, este modelo teórico pretende fundamentar métodos que possam alcançar os fenômenos relativos ao ato de habitar os espaços públicos por meio da constituição de padrões habilitados para o estudo da experiência urbana por meio de configurações diagramáticas.

Certamente, o conceito de urbanidade é complexo, dependente de valores culturais e opiniões subjetivas, aplicável a diversas escalas urbanas e interdependente de políticas públicas diversificadas no âmbito da administração municipal. Assim, a proposta de atributos de urbanidade que alcancem uma gama ampla de qualidade ambiental urbana – atratividade visual, identidade, legibilidade, conectividade, densidade, diversidade, acessibilidade, inclusividade, segurança e conservação –, pode ser útil na operacionalização do conceito para estudo de casos e projetos urbanos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. Urbanidade e a qualidade da cidade. (61-80). In: AGUIAR, D., NETTO, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.



- Alexander, C., Ishikawa, S., Silverstein, M., Jacobson, M., Fiksdahl-King, I., & Angel, S. *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. London: Oxford University Press, 1977.
- ANDRADE, L. Onde está a urbanidade: em um bairro central de Berlim ou em uma favela carioca? (189-208). In: Aguiar, D., Netto, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- APPLEYARD, D. *Livable Streets*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10° ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AUGÉ, M. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9° ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BARTON, H., Grant, M., & Guise, R. *Shaping Neighbourhoods: A Guide for Health, Sustainability and Vitality*. London: Spon Press, 2003.
- BENTLEY, I., Alcock, A., Murrain, P., McGlynn, S., & Smith, G. *Responsive Environments: A Manual for Designers*. Oxford: Architectural Press, 1985.
- BURTON, E., MITCHELL, L. *Inclusive Urban Design: Streets for Life*. Oxford: Architectural Press, 2006.
- CARMONA, M., Heath, T., Oc, T., & Tiesdell, S. *Public Places Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003.
- CARMONA M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique *Journal of Urban Design*, v.15. n.1, 123–148, 2010.
- CARMONA M. Contemporary Public Space, Part Two: Classification. *Journal of Urban Design*, v.15. n.2, 157–173, 2010.
- CARMONA, M., Magalhães, C. *Local Environmental Quality: A New View on Measurement*. London: Department for Communities and Local Government, 2007.
- CHOAY, F. El reino de lo urbano y la muerte de la Ciudad. (61-72). In: Ramos, A. M. *Lo urbano em 20 autores contemporâneos*. Barcelona: Edicions UPC, 2004.
- CULLEN, G. *Townscape*. London: Architectural Press, 1961.
- DEMPSEY, N. *The influence of the quality of the built environment on social cohesion in english neighbourhoods*. PhD thesis, Oxford Brookes University, Oxford, UK, 2006.
- DEMPSEY, N. Quality of the Built Environment in Urban Neighbourhoods. *Planning, Practice & Research*, v.23, n.2, 249–264, 2008.
- Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (v1.0). São Paulo: Objetiva, 2009.
- ELIAS N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELLIN, N. *Postmodern Urbanism*. Oxford: Blackwell, 1999.
- FIGUEIREDO, L. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. (209-234). Aguiar, D., Netto, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- FLUSTY, S. *Building Paranoia: The proliferation of interdictory space and the erosion of spatial justice*. West Hollywood: Los Angeles Forum for Architecture and Urban Design, 1994.
- GEHL, J. *Life Between Buildings: Using Public Space*. Copenhagen: Arkitektens Forlag, 2001.
- GEHL, J., KAEFER, L. J., REIGSTAD, S. Close encounters with buildings. *Urban Design International*, v.1. n.11, 29–47, 2006.
- GEHL, J. *Cidade para pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- GOMES, P. C. C. *Condição urbana: estudos de geopolítica da cidade*. 4° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HEALEY, P. *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*. Basingstoke: MacMillan Press, 1997.
- HILLIER, B., HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge, University Press, 1984.



- HOLANDA, F. Urbanidade: arquitetônica e social. AGUIAR, D., NETTO, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. Harmondsworth: Penguin Books, 1961.
- JACOBS, A. B. *Great Streets*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- JARVIS, R. Urban environments as visual art or social setting. *Town Planning Review*, n. 51, 50–66, 1980.
- JENKS, M., BURTON, E., Williams, K. *The Compact City: A Sustainable Urban Form?* London: E & FN Spon, 1996.
- KITCHEN, T., & SCHNEIDER, R. H. Crime and the design of the built environment: Anglo-American comparisons of policy and practice. (241-265). In: J. Hillier & E. Rooksby (org). *Habitus: A Sense of Place*. Aldershot: Ashgate, 2002.
- KRAFTA, R. Impressões digitais da urbanidade. (115-134). Aguiar, D., Netto, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- LATOUR, B. *Reassembling the Social: an Introduction to Actor-Network Theory*. Nova Iorque: Oxford Press, 2005.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LOCK, D. Planning for sustainable communities. (48-63). In: P. Neal (Ed.) *Urban Villages and the Making of Communities*. London: Spon Press, 2003.
- LYNCH, K. *The Image of the City*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.
- LYNCH, K. *A theory of good city form*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- MONGIN, O. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009.
- NASH, V., CHRISTIE, I. *Making Sense of Community*. London: Institute for Public Policy Research, 2003.
- NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. (33-60). Aguiar, D., Netto, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- NEWMAN, O. *Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design*. New York: Macmillan, 1972.
- NEWMAN, O. *Creating Defensible Space*. Washington, DC: US Department of Housing and Urban Development, 1996.
- RAPOPORT, A. *Human Aspects of Urban Form*. Oxford: Pergamon Press, 1977.
- RELPH, E. *Place and Placelessness*. London: Pion Limited, 1976.
- RHEINGANTZ, P. Narrativas ou traduções de urbanidade. (135-162). Aguiar, D., Netto, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- ROBBINS, E. New urbanism. (212–230). In: Robbins, E. & El-Khoury, R. (org). *Shaping the City: Studies in History, Theory and Urban Design*. London: Routledge, 2004.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2014.
- SHAFTOE, H. *Convivial urban spaces: creating effective public places*. London: Earthscan, 2008.
- SITTE, C., 1843-1903. *City planning according to artistic principles*. New York: Random House, 1965 [1889].
- SOLÀ-MORALES, M. *A matter of things*. Rotterdam: NAI Publishers, 2008.
- TIBBALDS, F. *Making People-friendly Towns*. Essex: Longman, 1992.
- TRIGUEIRO, M. Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada. (81-114). In: Aguiar, D., Netto, V. M. (org). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

- UNWIN, R. *Town Planning in Practice: An Introduction to the Art of Designing Cities and Suburbs*. London: Adelphi Terrace, 1909.
- VENTURI, R., SCOTT-BROWN, D., & IZENOUR, S. *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*. Cambridge: The MIT Press, 1977.
- WHYTE, W. H. *The Social Life of Small Urban Spaces*. Washington, DC: The Conservation Foundation, 1980.
- WILLIAMS, K. Does intensifying cities make them more sustainable? (30–45). In: K. Williams et al. (org.) *Achieving Sustainable Urban Form*. London: E & FN Spon, 2000.
- World Comission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- WORPOLE, K., & Knox, K. *The Social Value of Public Spaces*. York: Joseph Rowntree Foundation, 2007.